

Eixos de apoio à acessibilidade digital para a Política de Inclusão da UFRN
Support axes for digital accessibility for the UFRN Inclusion Policy
Ejes de soporte para accesibilidad digital para la Política de Inclusión de UFRN

Recebido: 29/09/2019 | Revisado: 06/10/2019 | Aceito: 06/12/2019 | Publicado: 11/12/2019

André Grilo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2242-7737>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: andregrilo@info.ufrn.br

Bruno Santana da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7689-8000>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: bruno@imd.ufrn.br

Andressa Kroeff Pires

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4697-8456>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: andressa@info.ufrn.br

Adja Ferreira de Andrade

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1990-4037>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: adja@imd.ufrn.br

Resumo

O engendramento da Política de Acessibilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) envolveu grupos de trabalho convocados pela administração universitária. Os grupos de trabalho foram organizados por dimensões de acessibilidade previstas no Art. 3º do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Dentre eles, foi constituído um grupo de trabalho para Acessibilidade Digital buscando refletir sobre barreiras tecnológicas, comunicacionais e informacionais que as Tecnologias da Informação e da Comunicação podem impor a pessoas com deficiência. Este grupo foi composto por especialistas das áreas acadêmica e técnica da universidade, oriundos de unidades administrativas e acadêmicas, tais como a Superintendência de Informática (SINFO), o Instituto Metrópole Digital (IMD), a Secretaria de Educa o a Distância (SEDIS), Superintendência de Comunica o (COMUNICA), dentre

outras. Este grupo elaborou uma minuta sobre Acessibilidade Digital para a Política de Acessibilidade da universidade acompanhada de uma minuta de plano de ação tendo em vista os artefatos digitais produzidos ou adquiridos pela instituição, tais como: páginas web, aplicativos móveis e programas de computador. Este trabalho tem por objetivo relatar experiências deste grupo de trabalho na elaboração dessas minutas, bem como os resultados obtidos. Para isso foi realizada uma pesquisa-ação com os participantes do grupo de trabalho durante todo seu processo de trabalho, reunindo dados empíricos de natureza qualitativa, contextualizados na realidade da instituição. Um dos principais resultados foi um modelo de plano de ação estruturado nos eixos de capacitação, comunicação e desenvolvimento tecnológico para promover a Acessibilidade Digital na UFRN.

Palavras-chave: Política de Inclusão; Acessibilidade Digital; Plano de Ação.

Abstract

The Accessibility Policy elaboration of the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN) involved working groups convened by the university administration. The working groups were organized by accessibility dimensions in Article 3 of the Statute of Persons with Disabilities (Law No. 13.146/2015). A working group for Digital Accessibility was created, seeking to reflect on technological, communication and informational barriers that Information and Communication Technologies can impose on people with disabilities. This group was composed by specialists from academic and technical areas of the university, ranging from administrative to academic units, such as the Superintendence of Informatics (SINFO), Digital Metropolis Institute (IMD), Secretariat of Distance Education (SEDIS), Superintendence of Communication (COMUNICA), among others. This group produced a draft on Digital Accessibility for the university Accessibility Policy, along with a draft action plan for digital artifacts produced or purchased by the institution, such as web pages, mobile applications, and computer programs. This paper aims to report experiences of this working group in the preparation of these endeavors, as well as the results obtained. For this, an action research was conducted with the participants of the working group throughout their work process, gathering empirical data of qualitative nature, contextualized in the institution reality. One of the main results was an action plan model structured in areas of training, communication and technological development to promote Digital Accessibility at UFRN.

Keywords: Inclusion Policy; Digital Accessibility; Action Plan.

Resumen

La elaboración de la Política de Accesibilidad de la Universidad Federal de Río Grande del Norte (UFRN) involucró grupos de trabajo convocados por la administración de la universidad. Los grupos de trabajo se organizaron según las dimensiones de accesibilidad previstas en el artículo 3 del Estatuto de las personas con discapacidad (Ley N ° 13.146 / 2015). Entre ellos, se creó un grupo de trabajo de Accesibilidad Digital para reflexionar sobre las barreras tecnológicas, de comunicación e informativas que las Tecnologías de la Información y la Comunicación pueden imponer a las personas con discapacidad. Este grupo estaba compuesto por especialistas de las áreas académicas y técnicas de la universidad, provenientes de unidades administrativas y académicas, como la Superintendencia de Informática (SINFO), el Instituto Digital de Metrópolis (IMD), la Secretaría de Educación a Distancia (SEDIS), Superintendencia. Comunicación (COMUNICA), entre otros. Este grupo produjo un borrador sobre Accesibilidad Digital para la Política de Accesibilidad de la universidad, junto con un borrador de plan de acción para artefactos digitales producidos o comprados por la institución, como páginas web, aplicaciones móviles y programas de computadora. Este documento tiene como objetivo informar las experiencias de este grupo de trabajo en la preparación de estas actas, así como los resultados obtenidos. Para ello, se realizó una investigación de acción con los participantes del grupo de trabajo a lo largo de su proceso de trabajo, recolectando datos empíricos de naturaleza cualitativa, contextualizados en la realidad de la institución. Uno de los principales resultados fue un plan de acción modelo estructurado en las áreas de capacitación, comunicación y desarrollo tecnológico para promover la Accesibilidad Digital en la UFRN.

Palabras clave: Política de inclusión; Accesibilidad digital; Plan de acción.

1. Introdução

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), articulada pelo seu núcleo de inclusão e acessibilidade - Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Especiais (CAENE), tem trabalhado para criar e institucionalizar uma Política de Inclusão e Acessibilidade na instituição. A Reitoria convocou grupos de trabalho para elaborar uma minuta de partes desta política endereçando dimensões específicas de acessibilidade. Um dos grupos de trabalho foi responsável por elaborar uma minuta sobre Acessibilidade Digital, acompanhada de um plano de ação para institucionalizar ações nesta direção.

Este artigo relata uma pesquisa-ação com os integrantes deste grupo de trabalho durante todo o processo de elaboração das minutas para a Política de Inclusão e para um Plano de Ação no âmbito da Acessibilidade Digital. Inicia-se discutindo os principais marcos legais da

legislação brasileira para pessoas com deficiência em contextos educacionais. Em seguida, apresenta-se o contexto institucional em que se desenvolveram as atividades deste grupo de trabalho para Acessibilidade Digital, destacando-se os marcos institucionais da universidade para cumprimento das políticas nacionais de inclusão. Por fim, são relatados o processo de trabalho deste grupo de trabalho e seus resultados para promoção da Acessibilidade Digital na UFRN.

2. Políticas de inclusão no Brasil e as universidades públicas

O principal referencial em vigor na legislação brasileira concernente à pessoa com deficiência tem como dispositivo a Lei n. 13.146 (2015), conhecida como Lei Brasileira de Inclusão – LBI – e denominada oficialmente Estatuto da Pessoa com Deficiência. O documento caracteriza as pessoas com deficiência como indivíduos com impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Esses impedimentos podem limitar a participação “plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Lei n. 13.146, 2015, Art. 2º).

O Estatuto apresenta também as principais barreiras enfrentadas por esses indivíduos, isto é,

“qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros” (Lei n. 13.146, 2015, Art. 3º, Inciso IV).

São consideradas barreiras de ordem urbanística, arquitetônica, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas. O Quadro 1 exemplifica locais em que podem existir barreiras a pessoas com deficiência e situações em que elas podem ocorrer. Por exemplo, as pessoas podem ter dificuldades de se locomover pelas vias espaços públicos até chegar numa instituição como uma universidade. Uma vez dentro dos seus recintos, elas também podem ter dificuldades de acessar certos ambientes construídos dentro de prédios. Além disso, os meios de comunicação, sejam eles analógicos ou digitais, e modos (códigos, linguagens, vocabulário, etc.) de comunicação dentro de uma instituição pode inviabilizar a

participação plena de pessoas com alguma deficiência.

Quadro 1: **Barreiras de acessibilidade**

Barreira	Onde e como ocorre
Urbanística	Vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
Arquitetônica	Edifícios públicos e privados.
Transportes	Sistemas e meios de transportes.
Comunicação e informação	Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.
Atitudinal	Atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.
Tecnológica	Dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

Fonte: Adaptado de Brasil (2015).

No contexto da educação superior, espaço onde se percebe o aumento do ingresso de pessoas com deficiência, há um constante desafio em superar tais barreiras, tanto no ambiente acadêmico como na administração das universidades públicas. Essa problemática não é recente, haja vista a necessidade de institucionalizar o conceito de educação especial nas instituições de ensino superior (IES) como um dos parâmetros do Plano Nacional de Educação, promulgado pela Lei nº 10.172 de 2001 (Lei n. 10.172, 2001).

Nessa direção, Garcia, Bacarin e Leonardo (2018) destacam o Decreto n. 7.611 (2011), documento em que se estabelecem garantias de continuidade à formação dos alunos com deficiência, em que a instituição de ensino deve disponibilizar diferentes recursos didáticos e pedagógicos que sejam necessários e em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino que esses estudantes estejam situados. Essa perspectiva de continuidade é essencial no esforço de garantir não apenas a inclusão, mas a permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior, considerando que as barreiras não são superadas apenas no ingresso dos alunos, mas se impõem como desafios também no processo educacional dos sujeitos (Wellichan & Souza, 2017). Em linha com esses autores, a UFRN vem desenvolvendo políticas de inclusão e permanência de pessoas com deficiência conforme descrito a seguir.

3 Construção de Políticas no Contexto da UFRN

A Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Especiais (CAENE) foi instituída pela UFRN para auxiliar no atendimento às pessoas com deficiência na instituição. A instância foi criada em 15 de março de 2010, por meio da Portaria nº. 203/10-R, vinculando-se diretamente ao gabinete da Reitoria. Segundo a página oficial da CAENE (2010), o núcleo originou-se:

[...] das inquietações por parte de um grupo de funcionários da instituição formado por gestores, docentes e técnicos em prol da criação de um setor que pudesse oferecer à comunidade universitária, particularmente aos estudantes com necessidades educacionais especiais, um espaço que servisse de referência para orientação e apoio no que diz respeito ao seu ingresso e permanência no âmbito da UFRN, visando à melhoria da qualidade do atendimento educacional oferecido pela instituição.

A CAENE tem realizado ações integrando representações de diferentes especialidades em sua composição, dentre docentes e técnicos administrativos das áreas de Fisioterapia, Educação, Psicologia, Biblioteconomia, Arquitetura e Urbanismo. Ao longo dos anos, foi responsável não apenas por intervenções sob a ótica da acessibilidade, mas também pela disseminação de conhecimento acerca do tema, educando a comunidade universitária para o adequado atendimento às pessoas com deficiência (Melo, 2008; Melo, 2013; Sousa & Melo, 2012).

No contexto da UFRN, observou-se significativo aumento de solicitações de apoio oriundas de estudantes na condição entre os anos 2010 e 2018 (Figura 1). Neste período, a CAENE recebeu 919 solicitações de apoio, com aumentos mais significativos em 2011 (ano seguinte à sua criação), em 2014 (ano seguinte à criação do curso de Licenciatura Letras-LIBRAS) e após 2016 (ano de criação da Lei n. 13.409 de 2015 que dispõe sobre reserva de vagas para pessoas com deficiência). Somando-se aos estudantes, a CAENE contabilizou aumento no número de servidores com deficiência em dezembro de 2018, totalizando 78 servidores, sendo 17 com deficiência auditiva, 35 com deficiência física, 24 com deficiência visual e dois com deficiência múltipla, i.e., visual e auditiva (UFRN, 2019).

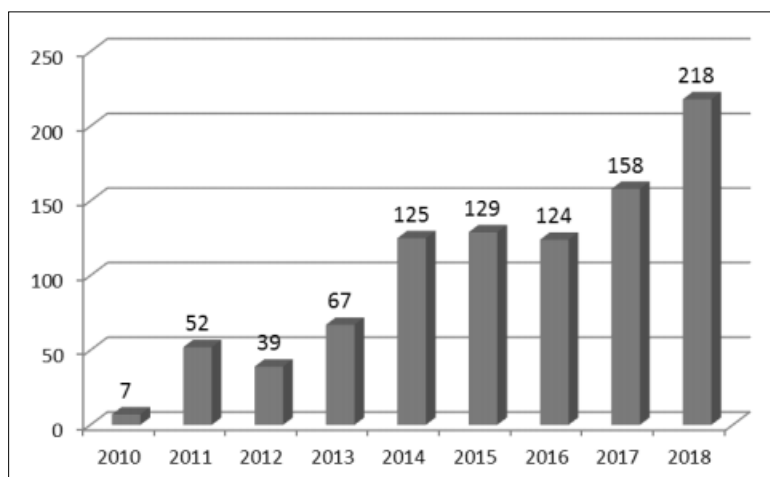


Figura 1. Aumento de solicitações de estudantes com deficiência na UFRN de 2010 a 2018.

Fonte: UFRN

Dentre as diversas barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência na referida instituição, está a barreira tecnológica, uma vez que as atividades-meio e fim da universidade são constantemente mediadas por recursos de tecnologias da informação e comunicação. Por exemplo, grande parte das atividades acadêmicas são mediadas pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), utilizado por docentes, discentes e técnicos administrativos da UFRN (Figura 2). Por exemplo, neste sistema o usuário encontra menus para realizar ações de ensino, pesquisa, extensão, monitoria, dentre outras. Além disso, o discente encontra seus dados acadêmicos como matrícula, índices acadêmicos, indicação de suas turmas no semestre, notícias da universidade e das turmas em que está matriculado, etc. Já as atividades administrativas são fortemente mediadas pelo Sistema Integrado de Gestão e Planejamento de Recursos Humanos (SIGRH) e o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC).

Além da necessidade de tornar mais acessíveis os sistemas acadêmicos, observou-se que os sítios eletrônicos das unidades acadêmicas e administrativas não atendiam de maneira uniforme aos preceitos estabelecidos pelas organizações internacionais, como o *World Wide Web Consortium* (W3C) em sua documentação *Web Content Accessibility Guidelines – WCAG* (WAI/W3C, 2018), ou pelos parâmetros nacionais, como o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – eMAG (Brasil, 2014).

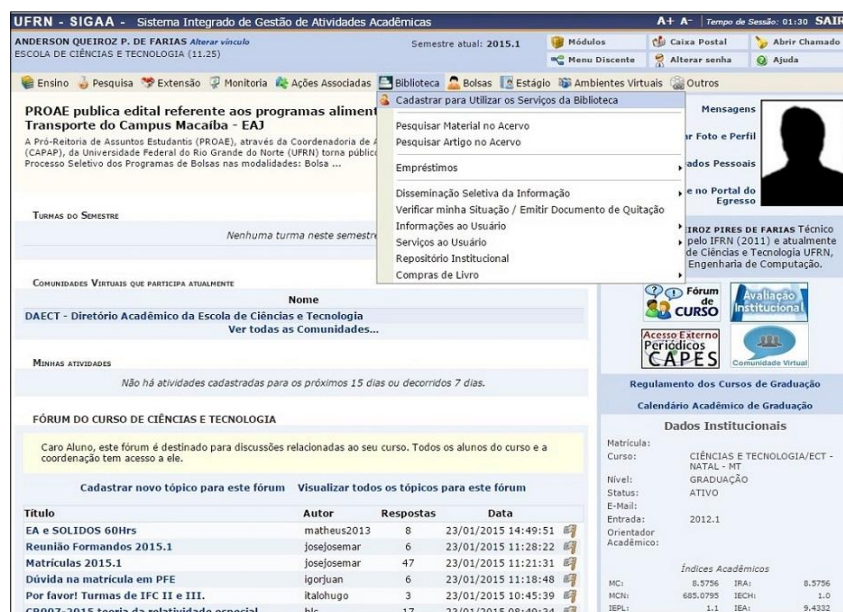


Figura 1. Captura de Tela do SIGAA.

Fonte: BCZM/UFRN. Recuperado de http://sisbi.ufrn.br/bczm/pagina.php?a=guia_usuario

Outra barreira mais específica que foi identificada diz respeito aos programas de computador utilizados em disciplinas dos cursos, sobre os quais foi discutida a possibilidade de uso de tecnologias assistivas ou melhoramentos nas interfaces destes, sendo muitos deles de código proprietário e de difícil intervenção. Assim, constituem-se artefatos preponderantes para intervenção da acessibilidade digital os sistemas de informação, páginas web, aplicativos móveis e programas de computador desenvolvidos ou adquiridos pela instituição.

Em 2018, foi instituída uma Comissão de Acessibilidade para construção da Política de Inclusão e Acessibilidade da UFRN. A comissão foi criada e criou grupos de trabalho para abordar as diferentes dimensões de acessibilidade (Lei nº 13.146/2015). Dentre eles, o grupo de trabalho para Acessibilidade Digital buscou contemplar as barreiras instrumentais e comunicacionais no uso, desenvolvimento e aquisição de Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) na instituição. Isso também envolve lidar com barreiras atitudinais das pessoas que desenvolvem e adquirem tais tecnologias.

4. Metodologia

O presente artigo relata experiências do grupo de trabalho que definiu uma minuta da Política de Inclusão e de um Plano de Ação no âmbito da Acessibilidade Digital da UFRN. Este grupo teve por objetivo principal o enfrentamento das barreiras tecnológicas, atitudinais e de comunicação e informação, presentes no contexto da gestão de tecnologia da informação da

UFRN e nos artefatos tecnológicos desenvolvidos ou adquiridos pela instituição, tais como programas de computador, sítios eletrônicos e sistemas de informação. Trata-se de uma investigação com geração de dados qualitativos e com finalidade aplicada ao contexto da instituição (recorte da pesquisa).

A modalidade investigativa foi a pesquisa-ação com os integrantes deste grupo de trabalho durante todo o processo de elaboração das minutas para a Política de Inclusão e para um Plano de Ação no âmbito da Acessibilidade Digital. Desse modo, as atividades empregadas reuniram pesquisadores e praticantes para construção e resolução colaborativa de questões relacionadas ao objetivo (Gil, 2017).

Esta pesquisa pode ser categorizada como:

- Objeto: Plano de ação para acessibilidade digital na UFRN;
- População-alvo: alunos e servidores com e sem deficiência da UFRN;
- Natureza dos dados: qualitativa;
- Finalidade: pesquisa aplicada;
- Modalidade: pesquisa-ação.

Os procedimentos desta pesquisa foram:

- Criação do grupo de trabalho para acessibilidade digital, dentro de uma comissão geral para definição da Política de Inclusão e Acessibilidade da UFRN, instituída pela Reitoria e presidida pela CAENE;
- Composição deste grupo de trabalho com caráter interdisciplinar, incluindo docentes e técnicos administrativos de diferentes unidades da instituição: Superintendência de Informática (SINFO), Instituto Metrópole Digital (IMD), Secretaria de Educação a Distância (SEDIS), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), Superintendência de Comunicação (COMUNICA);
- Divisão do grupo de trabalho para Acessibilidade Digital em dois subgrupos: um orientado à revisão do texto da política de inclusão para definições sobre a Acessibilidade Digital e outro direcionado à proposição de um plano de ação para implementação da política de inclusão na dimensão da Acessibilidade Digital na instituição;
- Discussões presenciais sobre o texto da política, idealização e classificação das ações alternativas para o enfrentamento das barreiras de acessibilidade;
- Socialização e discussão sobre políticas e práticas para promoção da acessibilidade digital na UFRN. Primeiro, cada subgrupo discutiu internamente

seu foco de trabalho e fez anotações que as consolidam. Depois, os dois subgrupos trabalharam juntos para discutir os resultados parciais e elaborar as minutas esperadas para Política de Inclusão e para um Plano de Trabalho que promova a Acessibilidade Digital na instituição. Os encontros foram semanais ou quinzenais e duraram aproximadamente um semestre. Para reforçar o envolvimento e a integração das unidades da instituição em torno do tema, os locais das reuniões foram se alternando pelos espaços físicos das unidades representadas no grupo de trabalho.

Essas iniciativas permitiram a coleta de dados para a construção de uma agenda sobre a Acessibilidade Digital concernente à realidade vivenciada na instituição.

5. Resultados e Discussão

Inicialmente são relatados os avanços relativos à minuta para a Política de Inclusão e Acessibilidade, a qual deveria contemplar a remoção das barreiras discutidas pelo referido grupo de trabalho. Em seguida, são aprofundados os aspectos e parâmetros propostos para o Plano de Ação a ser utilizado como instrumento na implementação da política na universidade.

5.1 Revisões no texto da política

Embora o texto completo da Política de Inclusão UFRN não tenha sido objeto de discussão em profundidade no grupo de trabalho de Acessibilidade Digital, a CAENE fez a articulação entre os grupos de trabalho que abordavam esta e outras questões de acessibilidade presentes na Política. Essa articulação foi essencial para que os apontamentos dos grupos de trabalho se encaminhassem para a mesma direção para formar uma Política de Inclusão coerente no todo.

As primeiras ponderações do grupo de trabalho de Acessibilidade Digital feito à Política foram relativas aos marcos legais e definições conceituais sobre acessibilidade digital. Foi discutido, por exemplo, qual a qualidade da acessibilidade a ser exigida nos artefatos, e como medi-la ou avaliá-la. O grupo chegou ao entendimento de que não seria possível estabelecer ainda um referencial para definir o que significa ter ou não acessibilidade. O que foi possível encaminhar no momento foi a ideia de ser mais acessível possível, isto é, o desenvolvimento e aquisição de programas de computador, sistemas de informação e páginas web devem observar

o máximo possível o atributo acessibilidade quando da sua adoção nas atividades-meio e fim. Também se refletiu sobre a importância de a acessibilidade ser diretriz no planejamento anual das unidades, considerando que ações e intervenções para inclusão requerem, em alguns casos, recursos financeiros que devem estar contemplados no orçamento dos centros, departamentos e outras unidades acadêmicas ou administrativas da instituição.

Destacou-se o item relacionado às diretrizes do eMAG, preconizada na legislação federal e, portanto, mandatória na concepção do texto da política nas disposições iniciais. Foi observado que o atual documento usa como uma das referências técnicas a documentação WCAG, porém apresenta-se defasado em relação à documentação vigente desta última. Enquanto o eMAG teve sua última versão publicada em 2014, a versão mais recente do WCAG foi divulgada em 2018. Para esses casos, foi discutida a possibilidade de flexibilizar a política para que as unidades não fiquem presas a documentações específicas que podem se tornar obsoletas e dependem de organismos externos à instituição. Foi necessário elaborar dispositivos legais que ofereçam espaço para que documentações de notório reconhecimento e validade em Acessibilidade Digital possam ser utilizados como norteadores para execução da Política de Inclusão, desde que homologados junto às partes interessadas na instituição.

Foi proposta a criação de um comitê consultivo na universidade para acessibilidade digital. Seria uma instância permanente com representações das áreas de design, interação humano-computador, tecnologias educacionais, desenvolvimento web, dentre outras, com a função de notificar e orientar diretrizes e práticas para acessibilidade digital. A ideia, contudo, ainda é embrionária, uma vez que se discute se sua natureza seria deliberativa ou consultiva. No primeiro caso, várias ações de desenvolvimento (de páginas web ou sistemas de informação) teriam de receber um parecer do comitê; por outro lado, no caso de ser de natureza consultiva, o comitê apenas auxiliaria nos casos aplicáveis e não previstos na política, auxiliando na melhoria contínua das boas práticas. Esse segundo modelo foi considerado positivo nas discussões, embora ainda não exista definição quanto à abordagem, se centralizada ou distribuída em comitês de cada unidade. Pelas diversas possibilidades, a ideia seguiu para ponderações futuras.

Verificou-se, ao final das discussões, que alguns pontos levantados eram comuns aos tópicos de outros grupos de trabalho sobre acessibilidade, e que, portanto, deveriam ser agregados à minuta da Política de Inclusão de maneira unificada, um documento mais estratégico. Por outro lado, algumas especificidades, sobretudo procedimentais, quanto ao desenvolvimento ou aquisição de tecnologias, pareceram mais oportunos de serem inseridos na minuta do Plano de Ação, instrumento de caráter tático e operacional.

5.2 Plano de ação

O Plano de Ação se constitui um importante recurso para estruturar práticas de inclusão dentro do contexto de implementação da Política de Inclusão, cujo papel é estabelecer as premissas e prerrogativas legais e institucionais. Assim, o Plano de Ação complementa a Política, perfazendo o diálogo com a comunidade a partir da tradução das premissas em ações concretas.

As discussões presenciais do grupo de trabalho foram de suma importância para a socialização de experiências praticadas pelos pesquisadores e profissionais inseridos no contexto educacional e da gestão universitária. Muitas ações realizadas por uma unidade eram desconhecidas por pessoas de outra unidade, o que colocou em evidência a necessidade da troca e do compartilhamento contínuo das ações em andamento para promoção da inclusão na universidade. A esse respeito, uma das ações pensadas foi a criação de uma plataforma aberta com a curadoria de conteúdos sobre projetos e pesquisadores na área de acessibilidade na UFRN e materiais úteis produzidos pela instituição e por outras. Também foram discutidas as possibilidades em curto, médio e longo prazo para operacionalizar intervenções de acessibilidade nos sistemas acadêmicos, principais pontos de contato das pessoas com deficiência com as tecnologias no cotidiano acadêmico, além dos sítios eletrônicos oficiais da instituição.

Verificou-se, no decorrer das discussões, a necessidade de estabelecer três eixos para direcionar as ações, bem como promover a integração entre as iniciativas inclusivas:

- Capacitação (CA): ações, presenciais ou a distância, de capacitação para estímulo a competências e boas práticas em acessibilidade digital no âmbito administrativo e acadêmico;
- Comunicação (CO): promoção e divulgação das ações de acessibilidade digital;
- Desenvolvimento tecnológico (DE): planejamento, concepção, desenvolvimento, aperfeiçoamento e avaliação de soluções em tecnologia da informação – sistemas, páginas eletrônicas ou aplicativos – com foco em recursos de acessibilidade digital ou na promoção desta. Essas ações podem ser orientadas por estratégias, tecnologias e práticas existentes, ou buscar inovar e criar abordagens e soluções melhores e mais adequadas à realidade da instituição.

Esses três tipos de ações precisam estar articulados para se complementares e se apoiarem. O Quadro 2 ilustra algumas dessas articulações necessárias entre ações de tipos diferentes. Ações de desenvolvimento deve apoiar a capacitação e a comunicação, e vice-versa. Além disso, é importante que ações de comunicação apoiem ações de capacitação. Por exemplo, neste quadro identificações indicações como: desenvolver uma plataforma de ofertar cursos de acessibilidade para os servidores da instituição; divulgar novos recursos de acessibilidade para a comunidade universitária e a sociedade em geral via mídias digitais (redes sociais, boletim informativo por e-mail, portais da instituição, etc.); e promover eventos presenciais de capacitação sobre acessibilidade digital.

Quadro 2: Combinações entre os eixos

Combinação	DE+CA	DE+CO	CO+DE	CA+DE	CO+CA
Descrição	Ações de Desenvolvimento para apoiar ações de Capacitação.	Ações de Desenvolvimento para apoiar ações de Comunicação.	Ações de Comunicação para apoiar ações de Desenvolvimento	Ações de Capacitação para apoiar ações de Desenvolvimento.	Ações de Comunicação para apoiar ações de Capacitação.
Exemplo	Desenvolvimento de plataforma para cursos de acessibilidade.	Implementações nos sistemas para divulgação de campanhas.	Divulgação de novo recurso acessível nas mídias sociais.	Palestra sobre acessibilidade digital para programadores	Campanhas para eventos de capacitação em acessibilidade digital.

Fonte: Autores

Em seguida, foi construído de forma colaborativa um quadro de ações nas perspectivas de curto, médio e longo prazo. O Quadro 3 apresenta um trecho do quadro de ações propostas pelo grupo de trabalho. É interessante observar que ações foram definidas de forma tática e depois detalhadas na descrição de forma operacional, já indicando a principal unidade responsável pela sua execução. Por exemplo, promover ações de acessibilidade comunicacional para surdos com páginas institucionais em LIBRAS. A execução desta ação requer o desenvolvimento de website centrado nas necessidades dos usuários surdos utilizando o idioma LIBRAS. O piloto desta ação deve ser o portal da UFRN sob a responsabilidade de desenvolvimento da SINFO.

Quadro 3: Trecho do quadro de ações estruturadas a partir dos eixos.

Ação	Eixo	Descrição	Responsável
Prover Acessibilidade Comunicacional nas páginas institucionais: Portal UFRN LIBRAS	DE	Desenvolvimento de website centrado nas necessidades dos usuários surdos, com o objetivo de promover o uso da LIBRAS como opção de idioma, bem como fornecer soluções replicáveis nas páginas institucionais. Piloto: Portal da UFRN	SINFO
Disponibilizar acervo de conteúdos em Acessibilidade Digital (V1)	DE+CO	Criação de um diretório para divulgação de materiais já produzidos (ebooks, cartilhas, guias, manuais etc.) relativos à Acessibilidade Digital, de modo a orientar a comunidade da UFRN acerca de pontos relevantes para atender os públicos com deficiência em contextos digitais.	A definir
Elaborar novos projetos de páginas institucionais acessíveis para leitor de tela e com opção de alto contraste	DE	Adoção de boas práticas em desenvolvimento de camada front-end para estruturar páginas mais facilmente navegáveis para pessoas cegas e com baixa visão. Todos os projetos em andamento no decorrer de 2018.2 adotam essa filosofia de desenvolvimento.	SINFO
Criar Biblioteca de componentes de interface para páginas e sistemas institucionais	DE	Padronização e divulgação do código-fonte de componentes de interface para páginas e sistemas da UFRN, bem como recomendações de elaboração e estruturação desses projetos. Benefícios esperados: celeridade na implementação e direcionamento quanto aos elementos de interface idealizados para os diversos casos de uso.	SINFO

Fonte: Autores

A estruturação de ações a partir dos eixos propiciou uma visualização e compreensão mais objetiva do que a instituição deve fazer para promover a Acessibilidade Digital. Além disso, ela permite identificar facilmente as principais unidades institucionais a serem envolvidas como responsáveis pela execução das ações e entrega dos resultados esperados. Foi possível também identificar ações já sendo executadas pelas unidades que poderiam agregar às iniciativas da universidade como um todo. Por exemplo, as ações constantes no Quadro 3 já estavam em andamento na unidade gestora de tecnologia da informação da universidade (SINFO). Elas foram agregadas à minuta do Plano de Ação para execução da Política de Acessibilidade da UFRN para maior integração e alinhamento das ações institucionais.

É importante destacar que, embora diversas ações tenham sido estruturadas, o Plano de Ação ainda requer definições mais detalhadas dos eixos da capacitação e da comunicação. Isso envolverá estratégias nos campos da educação e da comunicação.

6. Considerações Finais

A pesquisa oportunizou a aproximação entre os setores envolvidos com tecnologias da informação e comunicação na UFRN, estabelecendo agendas comuns entre acadêmicos e técnicos da universidade e desencadeando proposições para práticas e procedimentos em Acessibilidade Digital.

A minuta da Política de Inclusão e Acessibilidade (UFRN, 2019) foi disponibilizada para consulta pública pela comunidade acadêmica. Ela recebeu contribuições de diferentes representações e setores. Sua versão final tem sido analisada e aprovada nas instâncias deliberativas dos colegiados superiores da universidade. Em breve, ela será definitivamente aprovada e entrará em vigor.

A minuta Plano de Ação sobre Acessibilidade Digital contempla principalmente ações no eixo de desenvolvimento tecnológico. Ela ainda precisa ser complementada por ações nos eixos da comunicação e capacitação, para aprofundar suas especificidades, assim como ocorreu com o eixo de desenvolvimento tecnológico.

Em 2019, a administração da universidade conferiu status de unidade institucional à CAENE, que passa a se chamar Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA), mediante Resolução nº16/2019, aprovada pelo Conselho Universitário (CONSUNI). Com essa nova configuração na estrutura organizacional da universidade, acredita-se que as articulações estratégicas ganharão maior respaldo junto às demais unidades da instituição. Além disso, a transformação da CAENE em Secretaria ocorre em oportuno momento, uma vez que em 2020 ela completará dez anos de existência, com um importante reconhecimento de sua trajetória e atuação na universidade.

Como desdobramentos futuros, espera-se que a UFRN construa uma agenda colaborativa e permanente entre suas unidades para implementação de ações que promovam a Acessibilidade Digital, orientadas pelos eixos sugeridos e pautadas na cultura de inclusão e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior.

Agradecimento

O grupo de trabalho para Acessibilidade Digital agradece o apoio da CAENE (atual Secretaria de Inclusão e Acessibilidade – SIA/UFRN), pela mobilização das diversas unidades que participaram das discussões nos grupos de trabalho. Os setores de Design e de Desenvolvimento Front-end da Superintendência de Informática (SINFO/UFRN) agradecem o apoio da Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura (FUNPEC).

Referências

Brasil (2001). *Lei n. 10.172 de 10 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Recuperado em setembro de 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm

Brasil (2015). *Lei n. 13.146, de 07 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Recuperado em setembro de 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

Brasil (2016). *Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016*. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Recuperado em setembro de 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm

Brasil (2011). *Decreto n. 7.611 de 18 de novembro de 2011*. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Recuperado em setembro de 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm

Brasil (2014). *eMAG Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico*. Brasília: MP, SLTI. Recuperado em set. 2019, de <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/eMAGv31.pdf>

Comissão de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (2010). *Sítio eletrônico [online]*. Recuperado em set. 2019, de <http://caene.ufrn.br/caene.php>

Garcia, R. A. B, Bacarin, A. P. S, & Leonardo, N.S. T. (2018). Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, Número Especial, 33-40. Recuperado em set. 2019, de <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2018/035>

Gil, A. C. (2017). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Melo, F. R. L. V. (2008). Pessoas com deficiência na universidade: como devemos nos comportar e ajudá-las. *Revista Bibliocanto*, Natal, 5(1), jan./jun.

Melo, F. R. L. V. (org., 2013). *Inclusão no Ensino Superior: docência e necessidades educacionais especiais*. Natal: EDUFRN.

Sousa, N. G.; & Melo, F. R. L. V. (2012). *Acessibilidade na UFRN: guia de orientações básicas*. Natal,RN: EDUFRN.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2019). *Minuta: Política de Inclusão e Acessibilidade* [online]. Recuperado em set. 2019, de https://ufrn.br/resources/documentos/consultapublica/minuta_politica_de_inclusao_e_acessibilidade_UFRN.pdf

Web Accessibility Initiative (2018). *Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) Overview*. [online]. Recuperado em set. 2019, de <https://www.w3.org/WAI/standards-guidelines/wcag/>

Wellichan, D. S. P., & Sousa, C. S. (2017). A inclusão na prática: alunos com deficiência no ensino superior. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 21(1), 146-166. Recuperado em set. 2019, de <http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v21.n.1.2017.9786>

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

André Grilo – 50%

Bruno Santana da Silva – 30%

Andressa Kroeff Pires – 10%

Adja Ferreira de Andrade – 10%